



**JOAQUIM DOMINGOS RORIZ**  
Interventor

Secretário do Governo Municipal  
**Júlio César Costa**  
Secretário das Comunicações Sociais  
**Wilson Luiz Silvestre**  
Procurador Geral do Município  
**José Milton Ferreira**  
Auditor Geral do Município  
**José Gonçalves Zuza**  
Chefe de Gabinete do Prefeito  
**Marilda de Fátima Pimentel**  
Secretário Particular  
**Irondes José de Moraes**  
Secretário Extraordinário  
**Sebastião Augusto Barbosa Neto**  
Secretário da Administração  
**Jocel Rodrigues Barbosa**  
Secretário da Educação  
**Maria de Fátima Avelino Lourenço**  
Secretário de Finanças  
**Mário Pires Nogueira**  
Secretário de Ação Urbana  
**Iêdo Ranulfo Lôbo**  
Diretor Geral DERMU  
**Pedro Orlando Ribeiro**

Secretário do Lazer e Meio Ambiente  
**Arthur Rezende Filho**  
Secretário de Serviços Públicos  
**Joaquim Craveiro Curado**  
Assessor Especial de Cultura  
**Reinaldo Barbalho**  
Instituto do Planejamento Municipal  
**Pedro Afonso Domingues Batista**  
Parque Mutirama de Goiânia  
**Carlos Henrique de Queiroz**  
Parque Zoológico de Goiânia  
**João Garibaldi Filho**  
Fundação Municipal de Desenv. Comunitário  
FUMDEC  
**Wesliam Peles Roriz** - Presidente  
**Afonso Honorato Silva** - Superintendente  
Cia. de Processamento de Dados do Município  
de Goiânia - COMDATA  
**Juracy Índio do Brasil**  
Cia. de Urbanização de Goiânia - COMURG  
**Luiz Antônio Peres Flores**  
Editor do Diário Oficial do Município de Goiânia  
**Dionísio Pereira Machado**

## Sumário

LEIS	1
DECRETOS	1
PORTARIAS	10
EDITAIS	12
CONVÊNIOS	12
ACORDÃOS	15

## LEIS

LEI No. 6.460, DE 25 DE MAIO DE 1987

"Considera de utilidade pública a entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Associação Gnóstica de Estudos Antropológicos e Ciências, A.C. Lumisial Huiracocha, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de maio de 1987

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Julio Cesar Costa

Jocel Rodrigues Barbosa

Mário Pires Nogueira

Maria de Fátima Avelino Lourenço

Wilson Luis Silvestre

Joaquim Craveiro Curado

Arthur Rezende Filho

Iêdo Ranulfo Lôbo

LEI N. 6.461, DE 25 DE MAIO DE 1987.

"Considera de Utilidade Pública a entidade que especifica - AMISTEGO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1o. - Fica considerada de utilidade pública a Associação dos Servidores do Ministério do Trabalho no Estado de Goiás - AMISTEGO.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de Maio de 1987.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Interventor

Júlio César Costa

Wilson Luis Silvestre

Jocel Rodrigues Barbosa

Joaquim Craveiro Curado

Mário Pires Nogueira

Arthur Rezende Filho

Maria de Fátima Avelino Lourenço

Iêdo Ranulfo Lôbo

## DECRETOS

PREFEITURA DE GOIÂNIA

ESTADO DE GOIAS

DECRETO Nº 763, DE 05 DE JUNHO DE 1987

-Prorroga prazo para pagamento de Contribuição de Melhoria aos bairros que especifica

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, objetivando dar aos moradores do Setor Serrinha e Parque Amazonia uma nova oportunidade para pagamento da Contribuição de Melhoria, vencida em 28 de maio último, sem a incidência de quaisquer acréscimos,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 15 de junho de 1987 o prazo para o recolhimento à vista ou da 1ª parcela da Contribuição de melhoria incidente sobre os imóveis localizados nos Setores Serrinha e Parque Amazonia, nesta Capital.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz

**INTERVENTOR**

Julio César Costa

**SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 765, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 159.2775/87, **RESOLVE** colocar à disposição da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e sem ônus para a origem, o servidor ODÍLIO DE SOUZA FILHO, da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, a partir de 19 de maio de 1987 e enquanto exercer a função de confiança junto àquela Companhia.

Gabinete do Interventor do Município de Goiânia, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

**INTERVENTOR**

Julio César Costa

**SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 767, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

“Designa Comissão para elaboração da Planta de Valores Genéricos de Terrenos e Tabela de Preços de Construções”

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14, da Lei nº 5.040 de 20 de novembro de 1975, modificado pelo artigo 2º, da Lei nº 6.439, de 31 de dezembro de 1986.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam designados para compor a Comissão para elaboração da Planta de Valores Genéricos de Terrenos e Tabela de Preços de Construções, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 1988, os senhores LÁZARO RODRIGUES NAVES, Coordenador de Tributos Imobiliários, BENEDITO DO ESPÍRITO SANTO CAMPOS, representante da Secretaria de Finanças; SEBA SEBASTIÃO VIEIRA DE MELO, EULER IVO VIEIRA, SEBASTIÃO MACALÉ CASSIANO CASSIMIRO, GERALDO DE SOUZA e JOSÉ NELTO DAS MERCÊS LAGARES, representantes, respectivamente, das Bancadas do PDT, PC do B, PMDB, Independente e PDC, junto à Câmara Municipal; NILO COSTA, representante do Instituto de Planejamento Municipal - IPLAN, WALTER BARBOSA DA SILVEIRA, representante do Instituto de Avaliação de Imóveis do Estado de Goiás -

INAI; ELIAS GOMES SOBRINHO, representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Goiás, OSMAR ELIAS MACHADO, representante da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás - ACIEG, e HERMES CARLOS DE FIGUEIREDO, representante do Programa Estadual de Orientação e Proteção do Consumidor - PROCOM/GO.

Art. 2º - A Comissão terá como Presidente LÁZARO RODRIGUES NAVES, Coordenador de Tributos Imobiliários, como Vice-Presidente NILO COSTA, representante do IPLAN.

Art. 3º - A Comissão deverá terminar o seu trabalho e apresentar parecer conclusivo, improrrogavelmente, até o dia 30 de julho do corrente ano, podendo adotar as medidas necessárias para o fiel desempenho de suas funções.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor nesta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

**INTERVENTOR**

Mário Pires Nogueira

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

Julio César Costa

**SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 768, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear DAVI QUIRINO RODRIGUES para, em comissão, exercer o cargo de Assessor, Nível 4, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

**INTERVENTOR**

Julio César Costa

**SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 769, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

“Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar”.

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 5º, da Lei nº 6.421, de 07 de outubro de 1986.

**DECRETA:**

Art. 1º - São abertos às Secretarias da Administração e de Ação Urbana 02 (dois) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de 3.617.000,00 (três milhões, seiscentos e dezessete mil cruzados), destinados a constituir reforço das seguintes dotações de vigente Lei de Meios:

<b>1500 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:</b>	
1501 - 15.84.494.2.013 - 3.2.8.0.00 - 08	Cz\$ 3.000.000,00
<b>1900 - SECRETARIA DE AÇÃO URBANA</b>	
1901 - 10.58.020.2.036 - 3.1.2.0.00 - 00	Cz\$ 250.000,00
3.1.3.2.00 - 00	Cz\$ 367.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>Cz\$ 3.617.000,00</b>

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**

Secretário das Comunicações Sociais

WILSON LUIS SILVESTRE

Tiragem:

200 EXEMPLARES

Endereço:

PALÁCIO DAS CAMPINAS Nº 105

PRAÇA CÍVICA

Atendimento:

08:00 ÀS 12:00 - 14:00 ÀS 18:00 HS.

**PUBLICAÇÕES PREÇOS**

A - Atas, balanços, editais, avisos, tomadas de preços, concorrências públicas, extratos contratuais e outras:

a.1 - Pagamento à vista cm/coluna - Cz\$ 176,00

a.2 - Faturados cm/coluna - Cz\$ 196,00

B - Assinaturas e Avulsos:

b.1 - Assinatura Semestral S/ Remessa - Cz\$ 1.320,00

b.2 - Assinatura Semestral c/ Remessa - Cz\$ 1.848,00

b.3 - Avulso (edição do mês) - Cz\$ 10,00

b.4 - Avulso (edição atrasada) - Cz\$ 20,00

Art. 2º - Os créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com a anulação total e/ou parcial das seguintes dotações do vigente orçamento:

1500 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:

1501 - 15.82.495.2.012 - 3.2.9.2.00 - 00 Cz\$ 3.000.000,00

1900 - SECRETARIA DE AÇÃO URBANA

1901 - 10.58.020.2.036 - 3.1.1.3.00 - 00 Cz\$ 617.000,00

TOTAL ..... Cz\$ 3.617.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Mário Pires Nogueira

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

#### DECRETO Nº 770, DE 05 DE JUNHO DE 1987

"Suplementa o Plano de Aplicação Trimestral - PAT - 2o. trimestre".

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e face ao disposto no artigo 47, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado o Plano de Aplicação Trimestral, referente ao 2º trimestre do corrente exercício, na importância de Cz\$ 3.340.000,00 (três milhões, trezentos e quarenta mil cruzados), nos órgãos e elementos/subelementos de despesas abaixo discriminados:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 3120.00. Cz\$ 100.000,00

3132.00. Cz\$ 200.000,00

3259.00. Cz\$ 40.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS ..... 3120.00. Cz\$ 300.000,00

SECRETARIA DE AÇÃO URBANA 3120.00 Cz\$ 200.000,00

3132.00 ..... Cz\$ 350.000,00

3253.00 ..... Cz\$ 150.000,00

FUMDEC ..... 3120.00 ..... Cz\$ 2.000.000,00

TOTAL ..... Cz\$ 3.340.000,00

Art. 2º - As suplementações de que trata o artigo anterior serão cobertas com a anulação de parte das contas dos órgãos e elementos/subelementos de despesas abaixo especificados, integrantes do Plano de Aplicação Trimestral - PAT - 2º trimestre:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 3252.00 - Cz\$ 340.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS ..... 3132.00 - Cz\$ 300.000,00

SECRETARIA DE AÇÃO URBANA 3111.00 - Cz\$ 500.000,00

4120.00 ..... Cz\$ 200.000,00

FUMDEC ..... 3111.00 ..... Cz\$ 2.000.000,00

TOTAL ..... Cz\$ 3.340.000,00

Art. 3o. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Mário Pires Nogueira

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Jocel Rodrigues Barbosa

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### DECRETO No. 771, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, bem como considerando o contido no Processo nº 125.811-3/86, de interesse de EDISON BAILÃO.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovados o remembramento e a planta dos lotes de nºs 18 e 19, da quadra 586, situados à Rua C-257, Nova Suíça, nesta Capital, que passam a constituir um único lote de nº 18/19, com as seguintes características e confrontações,:

LOTE — 18/19 ÁREA 1.079,00 m2

Frete para a Rua C-257 ..... 24,00 m

Fundo, dividindo com os lotes 8, 9 e 10 ..... 24,18 m

Lado direito, dividindo com o lote 17 ..... 43,48 m

Lado esquerdo, dividindo com o lote 20 ..... 46,44 m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio Cesar Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 772, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA -, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, bem como considerando o contido no Processo de nº 135.884-3/86, de interesse de JOFRE M. VIEIRA e ALDO DE ABREU VIEIRA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovados o remembramento e a planta dos lotes 3 e 4 da quadra 217, situados à Avenida Neddermeyer e Rua José de Alencar, Cidade Jardim, nesta Capital que passam a constituir um único lote de nº 4/3, com as seguintes características e confrontações:

LOTE — 4/3 ÁREA 908,60 m2

Frete para a Avenida Neddermeyer ..... 25,20 m

Fundo, dividindo com o lote 2 ..... 30,20 m

Lado direito, dividindo com o lote 5 ..... 30,50 m

Lado esquerdo, dividindo com a Rua José de Alencar 25,50 m

Pela linha de chanfrado ..... 7,07 m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 773, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, bem como considerando o contido do Processo de nº 145.870-4/87, de interesse de GARAVELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovados, o remembramento e a planta dos lotes de nºs 3 e 4, da quadra S-26, situados à Rua S-6, Setor Bela Vista, nesta Capital, que passam a constituir um único lote de nº 3/4, com as seguintes características e confrontações:

LOTE – 3/4 ÁREA 840,00 m<sup>2</sup>  
 Frente para a Rua S-6 . 24,00 m  
 Fundo, dividindo com os lotes 22 e 23 24,00 m  
 Lado direito, dividindo com o lote 5 35,00 m  
 Lado esquerdo, dividindo com o lote 2 35,00 m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Júlio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 774, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, bem como considerando o contido no Processo de nº 142.822-2/86, de interesse de ARCANJO e SANTOS LTDA,

##### DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovados o remembramento e a planta dos lotes de nºs 5 e 6, da quadra 15, situados à Avenida Paulo Alves da Costa e Rua Soares de Carvalho, Parque das Amendoeiras, nesta Capital, que passam a constituir um único lote de n. 5/6, com as seguintes características e confrontações:

LOTE 5/6 ÁREA 975,60 m<sup>2</sup>  
 Frente para a Rua Soares de Carvalho ..... 25,05 m  
 Fundo, dividindo com o lote 4 ..... 30,00 m  
 Lado direito, dividindo com o lote 7 ..... 31,98 m  
 Lado esquerdo, dividindo com a Avenida Paulo Alves da Costa ..... 28,86 m  
 Pela linha de chanfrado. .... 6,85 m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Júlio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO No. 775, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, bem como considerando o contido no Processo de nº 149.084-6/87, de interesse de IMOBILIARY ENGENHARIA e CONSTRUÇÃO LTDA,

##### DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovados o remembramento e a planta dos lotes de nºs 6 e 7, da quadra 146, situados à Rua T-36, Setor Bueno, nesta Capital, que passam a constituir um único lote de n. 6/7, com as seguintes características e confrontações:

LOTE – 6/7 e ÁREA 1.486,00 m<sup>2</sup>  
 Frente para a Rua T-36 ..... 30,00 m  
 Fundo, dividindo com os lotes 21, 22 e 23 ..... 30,00 m  
 Lado direito, dividindo com o lote 5 ..... 49,54 m  
 Lado esquerdo, dividindo com o lote 8 ..... 49,54 m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Júlio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 776, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no artigo 1º, da Lei nº 6.149, de 10 de setembro de 1984, e artigo 1º, do Decreto nº 319, de 10 de junho de 1986,

Art. 1º - Ficam aprovadas as quadras de nºs 1, 2, 3 e 4 e as Chácaras de nºs 1, 2, 3 e 4, do loteamento denominado "Vila Ofuggi", conforme plantas, memoriais descritivos e certidões constantes no processo nº 058.385-0/85, protocolado no Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia - IPLAN.

Art. 2º - Os lotes da Quadra 4, objeto da presente regularização, são os de nºs 1, 2 e 3, que fazem frente para a Rua "N" e os de nºs 4, 5 e 6, que fazem frente para a Rua 17 e Quadra "B", do loteamento Ofuggi.

Art. 3º - As chácaras objeto da presente regularização são as de nºs 1, 2, 3 e 4, que fazem frente para a Alameda Anicuns e a Quadra 3, em regularização.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Julio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNIDIAL  
 Ildo Ranulfo Lôbo  
 SECRETÁRIO DE AÇÃO URBANA

#### DECRETO Nº 777, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear DERLI ALVES MOREIRA para, em comissão, exercer o cargo de Assessor, Nível 3, com lotação junto ao Instituto de Planejamento Municipal - IPLAN, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Júlio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 778, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar MARIA DE LOURDES BONFIM SILVEIRA, do cargo, em comissão, de Assessor, Nível 1, lotada na Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
 INTERVENTOR  
 Júlio César Costa  
 SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 779, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** nomear MARIA DE LOURDES BONFIM SILVEIRA, para, em comissão, exercer o cargo de Assessor Nível 4, com lotação junto à Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 780, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 154.128-4/87, **RESOLVE** exonerar, a pedido ALEIR CÂNDIDO DE SOUZA do cargo, em comissão, de Assessor, Nível 1, a partir de 09 de abril de 1987

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 781, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do contido no Processo nº 156.031-4/87, **RESOLVE** exonerar, a pedido, SILVIO CÂNDIDO do cargo, em comissão, de Oficial de Gabinete, com retroação de efeitos a 1º de março de 1987.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 782, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 157.063-1/87, **RESOLVE** exonerar EVANILDES MONTEIRO DOS SANTOS, JURACI PINHEIRO COSTA, MIDORI TAKAGI E NILSON FERREIRA CUNHA, do cargo em comissão, de Oficial de Gabinete, com retroação de efeitos a 13 de março de 1987.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 783, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** exonerar SANDRO RODRIGUES DE MELO do cargo, em comissão, de Assessor Nível 1, lotado na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 12 de maio de 1987.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 784, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** tornar sem efeito o Decreto nº 671, de 25 de maio de 1987, que nomeia WELLINGTON HONORATO RODRIGUES para exercer o cargo, em comissão, de Chefe da Assessoria de Planejamento símbolo CC-1, 1ª categoria, da Secretaria do Governo Municipal

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

**DECRETO Nº 785, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** nomear GUSTAVO GOUVEIA TEODORO para, em comissão, exercer o cargo de Assessor, Nível 5, com lotação junto à Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 786, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** nomear MARLENE MARQUES CANEDO para, em comissão, exercer o cargo de Assessor, Nível 4, com lotação junto à Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 787, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve, nomear EDSON FERREIRA DA SILVA e DIVINA FRANCISCA DA SILVA para, em comissão, exercerem o cargo de Assessor, Nível 3, com lotação junto à Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO No. 788, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 164.540-2/87, RESOLVE considerar autorizada a viagem que JOÃO BARBOSA DE MORAIS e OSÉIAS PACHECO DE SOUZA, lotados na Secretaria da Administração, empreenderam à cidade de Brasília, DF, no dia 29 de maio de 1987, em objeto de serviço desta Prefeitura e, de consequência, com fundamento no disposto no parágrafo único, do artigo 5º, do Decreto nº 302, de 29 de maio de 1984, atribuir-lhes diárias no valor global de Cz\$ 1.394,85 (hum mil, trezentos e noventa e quatro cruzados e oitenta e cinco centavos), sendo Cz\$ 574,35 (quinhentos e setenta e quatro cruzados e trinta e cinco centavos) para o primeiro e Cz\$ 820,50 (oitocentos e vinte cruzados e cinquenta centavos) para o segundo, correndo a despesa à conta da dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 789, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 164.487-0/87, RESOLVE considerar autorizada a viagem que OSÉIAS PACHECO DE SOUZA, lotado na Secretaria da Administração, empreendeu à cidade de Brasília - DF., nos dias 20 e 21 de maio de 1987, em objeto de serviço desta Prefeitura e, de consequência, com fundamento no disposto no parágrafo único, do artigo 5º, do Decreto nº 302, de 29 de maio de 1984, atribuir-lhe diárias no valor global de Cz\$ 820,50 (oitocentos e vinte cruzados e cinquenta centavos), correndo a despesa à conta da dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 790, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 082.224-4/86, RESOLVE considerar como colocado à posição da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e com ônus para a origem, o servidor ELIZEU BISPO DA COSTA, lotado na Secretaria da Administração, a partir de 1º de Janeiro de 1986.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 791, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo

nº 153.059-4/87, RESOLVE exonerar, a pedido, ALADIM SEVERINO NETO do cargo de Artifice, Nível III, Referência 3, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários do município de Goiânia, a partir de 1º de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 792, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 147.388-0/87, RESOLVE exonerar, a pedido, PEDRO VIEIRA, do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Parque Zoológico de Goiânia, com retroação de efeitos a partir de 24 de março de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 793, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 148.440-1/87, RESOLVE exonerar, a pedido, o servidor GILBERTO CAVALCANTE PEREIRA DE CARVALHO do cargo de Agente de Vigilância, Nível II, Referência 01; do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, com retroação de efeitos a partir de 23 de fevereiro de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 794, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 153.019-0/87, RESOLVE exonerar, a pedido, HELIO MARTINS DE OLIVEIRA do cargo de Artifice, Nível III, Referência 03, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, com retroação de efeitos a 22 de abril de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 795, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.899-0/87, RESOLVE exonerar, a pedido, MARIA EDUARDA CONCEIÇÃO RODRIGUES do cargo de Auxiliar

de Serviços Diversos, Nível I, Referência 7, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, a partir de 13 de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 796 DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 148.181-1/87, RESOLVE, exonerar, a pedido, IRENE MARIA VELASCO VIEIRA do cargo de Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Nível V, Referência 6, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, com retroação de efeitos a 1º de março de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio Cesar Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 797, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 158.018-4/87, RESOLVE exonerar, a pedido, DIVINO RODRIGUES DE SOUSA do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Nível I, Referência 03, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, a partir de 03 de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 798, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.608-4/87, RESOLVE exonerar, a pedido, LEILA DE MORAIS COELHO do cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Nível V, Referência 1, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia, com retroação de efeitos a 27 de abril de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 799, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 157.917-4/87, RESOLVE exonerar, a pedido, LENICE MIRANDA ALVES do cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Nível V, Referência 1, do quadro de pessoal regido pelo

Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia, a partir de 1º de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 800, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.888-4/87, RESOLVE exonerar, a pedido, ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Nível I, Referência 02, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, a partir de 12 de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 801, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 163.344-8/87, RESOLVE exonerar, a pedido, SEBASTIÃO PORTE DOS REIS do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Nível I, Referência 03, do Departamento de Estradas de Rodagem do Município - DERMU, do quadro de Pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, a partir de 19 de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 802, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 071.177-3/85, RESOLVE exonerar, a pedido, TEREZINHA FRANCISCA DA SILVA do cargo de Auxiliar de Copa e Cozinha, Nível 3, do quadro de pessoal, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia, com retroação de efeitos a 30 de setembro de 1979.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO UNICIPAL

DECRETO Nº 803, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.602-1/87, RESOLVE exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES SILVEIRA DOURADO do cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Nível V, Referência 08, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Mu-

nício de Goiânia, com retroação de efeitos a partir de 01 de fevereiro de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO 804, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo de nº 163.470-3/87, RESOLVE exonerar, a pedido, EURÍPEDES BARSANULFO DE MESQUITA do cargo de Auxiliar Administrativo, Nível III, Referência 01, do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do município de Goiânia, com retroação de efeitos a partir de 21 de maio de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 805, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 159.197-4/87, resolve colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus, neste Estado, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e sem ônus para a origem, o servidor ROSIVAL DE ABREU CARVALHO, da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, durante o período de 1º de maio de 1987 a 31 de dezembro de 1988.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 806, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 159.194-7/87, RESOLVE manter à disposição da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás - ESEFEGO, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e sem ônus para a origem, a servidora NANCY NEO DE ALMEIDA, lotada na Secretaria da Educação, durante o período de 1o. de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 1988.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 807, DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo

nº 142.400-9/87, RESOLVE, nos termos do artigo 114, da Lei nº 6.103, de 16 de janeiro de 1984, conceder a MARIA JOSÉ DE CASTRO, viúva do ex-servidor Venerando Luiz de Castro, pensão especial no valor de Cz\$ 1.573,35 (hum mil, quinhentos e setenta e três cruzados e trinta e cinco centavos), sendo Cz\$ 1.307,54 (hum mil, trezentos e sete cruzados e cinquenta e quatro centavos) de vencimento, Cz\$ 48,24 (quarenta e oito cruzados e vinte e quatro centavos) de salário família e Cz\$ 217,57 (duzentos e dezessete cruzados e cinquenta e sete centavos) de adicionais, com retroação de efeitos a 11 de fevereiro de 1987.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR  
Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

**DECRETO N. 808 DE 05 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o interesse do serviço,

**DECRETA:**

Art. 1º - A frota de veículos pertencentes à Prefeitura de Goiânia, administração direta e indireta, é de uso exclusivo do serviço público municipal.

§ 1º - Os veículos são de natureza oficial e divididos em duas categorias:

- a) de Representação e
- b) de Prestação de Serviços

§ 2º - Os veículos de Representação, destinam-se aos serviços oficiais das autoridades municipais, constituídas pelo Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e titulares dos órgãos da administração centralizada.

Art. 2º - Os veículos de Prestação de Serviços, exclusivamente, só poderão ser usados nos dias de expediente, no horário compreendido entre 7:00 e 22:00 horas.

Parágrafo único - As viaturas referidas neste artigo deverão portar, em lugar visível, autorização específica emitida pela Coordenadoria de Transportes ou pelo setor equivalente da administração indireta.

Art. 3º - Todos os veículos, fora do horário de prestação de serviços, deverão ser recolhidos à Garagem Municipal ou nos lugares respectivos da administração indireta, exceto os que servem aos órgãos localizados no Palácio das Campinas, que devem ser guardados na garagem da Secretaria do Governo Municipal.

Art. 4º - No caso de viagens, o veículo utilizado ficará sob inteira responsabilidade do motorista.

Art. 5º - Será responsabilizado administrativa, civil e/ou penalmente o servidor que usar ou permitir o uso de veículo da Prefeitura, em qualquer horário, por terceiros ou para fins estranhos ao serviço público municipal.

Parágrafo único - Qualquer veículo que for encontrado trafegando fora do horário estabelecido neste decreto e em dias não úteis, sem a competente autorização de TRÂNSITO LIVRE, será apreendido pela Secretaria da Administração, com o auxílio do DETRAN, e recolhido à Garagem Municipal, só sendo liberado com a expressa autorização do Secretário da Administração.

Art. 6º - A Coordenadoria de Transportes não liberará, para circulação, nenhum veículo que não esteja com o velocímetro e o odômetro em perfeitas condições de funcionamento.

Art. 7º - Os veículos de Representação só poderão circular fora do horário de expediente ou ficar sob a guarda do motorista em decorrência de eventos especiais.



Parágrafo único - As autoridades a quem se destinam veículos de Representação são, por eles, responsáveis.

Art. 8º - A Secretaria da Administração realizará sindicância ou instaurará inquérito administrativo contra o transgressor ou transgressores das normas que regem o uso de veículos do Município.

Art. 9º - Os veículos oficiais manterão numeração especial e inscrição que os identifiquem como pertencentes ao patrimônio municipal, conforme modelos aprovados pela Secretaria da Administração.

Art. 10 - Os veículos recolhidos, à Garagem Municipal ou demais locais de guarda de veículos, fora do expediente, só poderão circular mediante autorização expressa de autoridade competente.

Art. 11 - A Coordenadoria de Transportes comunicará à Secretaria de Administração, periodicamente ou de imediato, qualquer anormalidade verificada no uso de veículos.

Art. 12 - Excetua-se deste decreto os veículos que, pela natureza do serviço, devam circular fora do horário ou dos dias convencionais, desde que devidamente autorizados.

Art. 13 - O Secretário da Administração baixará normas, e instruções complementares, no que se refere ao uso de veículos, custo de utilização, guarda segurança, manutenção, controle e renovação da frota.

Parágrafo único - As entidades da Administração indireta promoverão os seus controles próprios, observados os termos deste decreto.

Art. 14 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Jocel Rodrigues Barbosa

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### DECRETO Nº 809, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 148.405-2/87, RESOLVE, nos termos dos §§ 2º, II, e 5º, do artigo 44, da Lei nº 6.103, de 16 de janeiro de 1984, transferir, a pedido LAURA MARIA DE JESUS, Agente Administrativo, Nível V, Referência 05, para o cargo de Professor de Ensino de 1ª Fase do 1º Grau, Nível I, Referência 04, permanecendo inalterados o regime jurídico de sua vinculação empregatícia e sua lotação, a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 810, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE retificar os itens 12, 15, 23, 48, 50, 56 e 57, do anexo ao Decreto n. 480, de 09 de abril de 1987, que nomeia Diretores de Escolas Municipais, para um mandato de 02 (dois) anos, a partir de 1º de abril de 1987, que passam a ser o seguinte:

Nº NOME

ESCOLA

12. Marlene Borges Pereira Alves/Brasil Di Ramos Caiado

15. Maria da Graça Palazzo / Cel José Viana Alves

23. Maria Helena Cardoso Danin / Francisco Bibiano de Carvalho

48. Yolanda Alves dos Santos / Maria Genoveva

50. Waldevira Bueno Pires de Moura / Maria Thomé Neto

56. Roseley Afonso Alvares / Paulo T. de Mendonça

57. Ademar Carandina / Pedro Gomes de Menezes

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO N. 811, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, à vista do contido no Processo nº 129.484-4/86, com fundamento no disposto do Artigo 44, § 2º, da Lei nº 6.103, de 16 de janeiro de 1984, combinado com o Artigo 3º, da Lei nº 6.444, de 19 de março de 1987, RESOLVE transferir, a pedido, a funcionária IZILDA ALVES BORGES do cargo de Agente Administrativo, Nível V, Referência 05, para Auxiliar Técnico, Nível V, Referência 05, do Grupo Ocupacional "Atividades Técnico - Profissionais", a partir desta data.

**GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, aos 05 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz

INTERVENTOR

Júlio César Costa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

#### DECRETO Nº 812, DE 05 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 161.044-3/87

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensas novas convocações para prestação de serviços extraordinários por servidores da administração direta e indireta do Município de Goiânia.

§ 1º - Somente em casos de extrema necessidade poderá ocorrer a convocação para prestar serviços extraordinários, prévia e expressamente autorizada pelo Interventor Municipal.

§ 2º - Prevalecem autorizações concedidas antes da vigência deste decreto, ficando a renovação condicionada ao que preceitua o § 1º, do artigo 1º.

Art. 2º - Não serão efetuadas, temporariamente, as conversões em dinheiro de 1/3 (um terço) das férias e 1/3 (um terço) das férias-prêmio, estatuídas, respectivamente no § 5º, do artigo 56, da Lei nº 6.103, de 16 de janeiro de 1984 e no artigo 61, do mesmo diploma legal.

Art. 3º - Ficam terminantemente proibidas nas entidades da administração descentralizada, as reclassificações e promoções de pessoal a qualquer título.

Art. 4º - A observância rigorosa deste decreto na administração direta e descentralizada é da responsabilidade do Secretário da Administração e dos titulares dos órgãos integrantes daquela área administrativa.

Art. 5º. - O descumprimento e/ou desobediência parcial ou total deste ato implicará em sanção disciplinar.

Art. 6º - O Secretário da Administração baixará normas complementares visando o perfeito atendimento das determinações aqui dispostas.

Art. 7º - Fica sem efeito o Decreto nº 607, datado de 23 de abril de 1986.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

Júlio César Costa  
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Jocel Rodrigues Barbosa  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº 813, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar, a pedido, JÚLIO CÉSAR COSTA do cargo, em comissão, de Secretário do Governo Municipal, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de Junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 814, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar IRONDES JOSÉ DE MORAIS do cargo, em comissão, de Secretário Especial do Prefeito, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 815, DE 10 DE JUNHO DE 1987.**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear IRONDES JOSÉ DE MORAIS para, em comissão, exercer o cargo de Secretário do Governo Municipal, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Romingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 816, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar MARILDA DE FÁTIMA CASTRO PIMENTEL do cargo; em comissão, de Chefe de Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 817, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear MARILDA DE FÁTIMA CASTRO PIMENTEL para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Relações Públicas, símbolo CC-1, 1ª categoria, da Secretaria do Governo Municipal, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 818, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear JOSÉ EDUARDO QUARIGUAZI DA FROTA para, em comissão, exercer o cargo de Chefe do Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**DECRETO Nº 819, DE 10 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear OMÁRIO PAULINO DA SILVA para, em comissão, exercer o cargo de Secretário Especial do Prefeito, a partir desta data.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIAS**

**AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PORTARIA Nº 26 DE 08 DE JUNHO DE 1.987**

O AUDITOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Designar o auditor contábil JOÃO DA SILVA COIMBRA, o auditor Administrativo MAURÍCIO SPENCIE-RE, o Arquiteto MÁRIO BAIOCCHI FILHO e o Auxiliar de Auditor JOÃO BOSCO SIQUEIRA, para procederem uma auditoria Plena na Companhia de Obras do Município - COMOB, onde deverão ser verificados os Exercícios de 1.986 e os 4 (quatro) primeiros meses de 1.987 de acordo com o Regimento Interno da referida Companhia e Lei Municipal nº 6.404/76.

II - A duração do trabalho deverá ser de 16 (dezesesseis) dias úteis.

III - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas, as disposições em contrário.

CUMpra-SE e Publique-SE

GABINETE DO AUDITOR GERAL DO MUNICÍPIO, aos 08 dias do mês de junho de 1.987.

Dr. JOSÉ GONÇALVES ZUZA  
Auditor Geral do Município

**PORTARIA Nº 028 DE 10 DE JUNHO DE 1.987**

O AUDITOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Designar o auditor jurídico HELTON DE MORAIS SARMENTO para apurar presumíveis fraudes no recolhimento de ISSQN, constantes do processo nº 155.478-3 por parte da firma Primus Artes Gráficas Ltda, ouvindo o contador da mesma Sr. ANTONINO FERREIRA NEVES com escritório profissional à Av. Anhanguera Ed. Rita de Albuquerque sala 209 Centro Goiânia-Go.

II - A duração do trabalho deverá ser de 03 (três) dias úteis.

III - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 11 de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO AUDITOR GERAL DO MUNICÍPIO, aos 10 dias do mês de junho de 1.987.

CUMpra-SE e Publique-SE

Dr. JOSÉ GONÇALVES ZUZA  
Auditor-Geral do Município

**PORTARIA Nº 088, DE 29 DE MAIO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE designar a servidora DINAH LÚCIA MORAIS DA SILVA, agente Administrativo, Nível V, para exercer a função de confiança de Secretária Executiva, 2ª categoria, do Gabinete do Prefeito, com retroação de efeitos a partir de 23 de março de 1987.

**CUMPRASE E PUBLIQUE-SE**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 29 dias do mês de maio de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 090, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.828-5/87, RESOLVE dispensar DIÓGENES OVÍDIO DE CASTILHO da função de confiança de Secretário Executivo, 4ª categoria, da Comissão de Julgamento de Infrações, da Secretaria de Ação Urbana, a partir de 08 de maio de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 091, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.828-5/87, RESOLVE designar CELESTE FERREIRA DE ALMEIDA para exercer a função de confiança de Secretária Executiva, 4ª categoria, da Comissão de Julgamento de Infrações, da Secretaria de Ação Urbana, a partir de 08 de maio de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 092, DE 11 DE JUNHO DE 1987.**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do contido no Processo nº 158.032-6/87, RESOLVE dispensar DALVA MARÇAL MESQUITA da função de confiança de Chefe do Núcleo de Tesouraria, 1ª categoria da Coordenadoria do Tesouro Municipal, da Secretaria de Finanças, com retroação de efeitos a 02 de abril de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 093, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 158.032-6/87, RESOLVE designar AMELINA JOSÉ DOS SANTOS para exercer a função de confiança de Chefe do Núcleo de Tesouraria, 1ª categoria, da Coordenadoria do Tesouro Municipal, da Secretaria de Finanças, com retroação de efeitos a 02 de abril de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA N. 094, DE 11 de junho de 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais à vista do contido no Processo nº 160.795-8/87, RESOLVE designar o servidor CARLOS ALBERTO DE MIRANDA para exercer a função de confiança de Chefe do Núcleo de Sinalização do Trânsito, 1ª categoria, da Coordenadoria do Trânsito Urbano, da Secretaria de Ação Urbana, com retroação de efeitos a partir de 22 de abril de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 095, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.799-4/87, RESOLVE dispensar o servidor REGINALDO WILLIAN BORGES da função de confiança de Chefe do Núcleo de protocolo e Arquivo, 3ª categoria, da Unidade de Serviços Administrativos, da Secretaria de Ação Urbana, com retroação de efeitos a 09 de março de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 096, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo n. 160.799-4/87, RESOLVE considerar designado o servidor JOSÉ MARIA RODRIGUES para o exercício da função de confiança de Chefe do Núcleo de Protocolo e Arquivo, 3ª categoria, da Unidade de Serviços Administrativos, da Secretaria de Ação Urbana, durante o período de 09 de março a 04 de maio de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

**PORTARIA Nº 097, DE 11 DE JUNHO DE 1987**

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.797-6/87, RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO DE ASSIS JORGE da função de confiança de Chefe do Núcleo de Serviços Auxiliares, 3ª categoria, da Unidade de Serviços Administrativos, da Secretaria de Ação Urbana, a partir de 04 de maio de 1987.

**CUMPRASE e PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

PORTARIA N. 098, DE 11 DE JUNHO DE 1987.

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 160.797-6/87, RESOLVE designar o servidor JOSÉ MARIA RODRIGUES para exercer a função de confiança de Chefe do Núcleo de Serviços Auxiliares, 3ª categoria, da Unidade de Serviços Administrativos, da Secretaria de Ação Urbana, a partir de 04 de maio de 1987.

CUMpra-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

PORTARIA Nº 099, DE 11 DE JUNHO DE 1987

O INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto nos artigos 148 e 149, da Lei nº 6.103, de 16 de janeiro de 1984.

RESOLVE:

I - designar os servidores WILSON TAVARES DE SOUZA, IRON JOSÉ VALENTE e MARIA DAS GRAÇAS DANTAS TAVARES para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Inquérito, com o objetivo de promover os processos administrativos disciplinares no âmbito da administração municipal;

II - revogar a Portaria nº 077, de 25 de março de 1986.

CUMpra-SE e PUBLIQUE-SE

GABINETE DO INTERVENTOR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, aos 11 dias do mês de junho de 1987.

Joaquim Domingos Roriz  
INTERVENTOR

## EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
COMURG

EDITAL Nº 001/87

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG fará realizar no dia 10 de julho de 1987 às 15 horas na sede da empresa a Av. Santos Dumont nº 1.122 - Vila Aurora, nesta Capital, licitação na modalidade Concorrência Pública, para subscrição de cotas de Consórcio com vista a aquisição de máquinas e equipamentos.

O Edital que estabelece as condições de participação na licitação encontra-se à disposição dos interessados no endereço supracitado.

Goiânia, 10 de junho de 1.987

Adv. Suréia Nacache Simão

PR. COMISS. DE LICITAÇÃO

VISTO: Engº Luiz Antônio Peres Flores  
PRESIDENTE DA COMURG

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DO MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
AVISO

OBJETO: Aquisição de Materiais p/ Construção em Geral, destinados à Secretaria de Serviços públicos - Programa de Desenvolvimento Educacional - Recuperação de Unidades Escolares - Convênio c/ MEC- Cota Parte Prefeitura.

DATA: Dia 29 de junho de 1.987

HORÁRIO: Às 15:00 horas

LOCAL: Sede da Coordenadoria do Material e Patrimônio, Situada à Rua Jaraguá nº 1.112, Vila Aurora, nesta Capital.

EDITAL: De nº 007/87-CMP., contendo todas as especificações devidas, encontra-se afixado no quadro de avisos no endereço acima e à disposição das firmas interessadas.

Goiânia, 11 de Junho de 1.987

Alderico Lopes de Oliveira  
COORDENADOR

Visto:

Jocel Rodrigues Barbosa  
Secretário da Administração

COORDENADORIA DO MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
AVISO

OBJETO: Aquisição de Materiais de Expediente e Limpeza, destinados à Secretaria Municipal da Educação

DATA: Dia 30 de junho de 1.987

HORÁRIO: Às 15:00 horas

LOCAL: Sede da Coordenadoria do Material e Patrimônio, Situada à Rua Jaraguá nº 1.112 Vila Aurora, nesta Capital.

EDITAL: De nº 008/87-CMP., contendo todas as especificações devidas, encontra-se afixado no quadro de avisos no endereço acima e à disposição das firmas interessadas.

Goiânia, 11 de junho de 1.987

Alderico Lopes de Oliveira  
COORDENADOR

Visto:

Jocel Rodrigues Barbosa  
Secretário da Administração

## CONVÊNIOS

PREFEITURA DE GOIÂNIA  
ESTADO DE GOIÁS

CONVÊNIO Nº 003/86

Renovação de Convênio que celebram o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS "CRECHE SÃO DOMINGOS SÁVIO".

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, a seguir denominado simplesmente MUNICÍPIO, pessoa jurídica de direito público, sediada à Praça Pedro Ludovico Teixeira, n. 105, - Centro, nesta Capital, CGC nº 02.756.427/0001-40, com fulcro na Lei nº 8268, de 11 de julho de 1977, art. 92, inciso XX, representado pelo Chefe do Executivo, Dr. DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA, e o Secretário Municipal da Educação, Prof. ONOFRE DE CASTRO, assistidos pelo Procurador Geral do Município, Dr. DONALDO MESSIAS RODRIGUES e, de outro lado, a FUNDAÇÃO PIONEIRAS SOCIAIS "CRECHE SÃO DOMINGOS SÁVIO", sediada à Rua 517, Lote 3, Setor Pedro Ludovico, nesta Capital, CGC nº 33.777.731/0004-40, doravante denominada apenas FUNDAÇÃO, representada por seu Presidente, Dr. ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR, portador do CPF Nº 000.189.611/34, à vista do contido no Processo nº 067.276-4/85, firmam o presente Convênio de cooperação mediante a observância das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem como objetivo a articulação de recursos humanos através de uma ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a FUNDAÇÃO, para extensão do atendimento à educação e amparo às crianças carentes integradas à comunidade do Setor Pedro Ludovico.

CLÁUSULA SEGUNDA - O MUNICÍPIO colocará à disposição da FUNDAÇÃO, sem ônus para esta, 07 (sete) professores de 1º Grau, 02 (dois) professores de recreação, 02 (dois) porteiros serventes, 02 (duas) merendeiras e 01 (um) auxiliar de secretaria.

§ 1º - O pessoal acima mencionado será indicado do quadro da Secretaria Municipal da Educação, excluindo-se a função de Diretoria que deverá ser indicada pela FUNDAÇÃO.

§ 2º - A FUNDAÇÃO encaminhará mensalmente ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal da Educação, a frequência do pessoal à sua disposição para inclusão de seu nome na folha de pagamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Este convênio vigorará no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1.986, podendo ser renovado, se houver interesse das partes convenientes.

**CLÁUSULA QUARTA** - A FUNDAÇÃO, à vista do disposto no Decreto Municipal nº 1007, de 20 de dezembro de 1.982, não poderá efetuar, dos alunos matriculados no estabelecimento, qualquer cobrança relativa a contribuição comunitária, seja a título de taxa de matrícula ou taxa escolar.

**CLÁUSULA QUINTA** - Acertam as partes que o presente Convênio poderá ser enunciado no todo ou parcialmente, respeitada, entretanto, a vigência do ano letivo e sem ocorrência de prejuízo para os alunos matriculados.

**CLÁUSULA SEXTA** - O foro para dirimir as questões emergentes deste instrumento será sempre o de Goiânia, com exclusão de qualquer outro.

E, por assim se acharem convencionadas, firmam as partes o presente instrumento na presença das testemunhas em número legal.

**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**, em Goiânia, 28 dias do mês de maio de 1.986

**DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA**

Prefeito de Goiânia

**ONOFRE DE CASTRO**

Secretário Municipal da Educação

**DONALDO MESSIAS RODRIGUES**

Procurador Geral

**ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR**

Presidente da FPS

Test. 1a. Ilegível

2a. Ilegível

#### CONVÊNIO Nº 009/86

Renovação de Convênio que celebram o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a ESCOLA TIA TEREZINHA.

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, sediada à Praça Pedro Ludovico Teixeira, nº 105 - Centro, nesta Capital, CGC nº 02.756.427/0001-40, com fulcro na Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, art. 92, inciso XX, representado pelo Chefe do Executivo, Dr. DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA, e o Secretário Municipal da Educação, Prof. ONOFRE DE CASTRO, assistidos pela Procuradora Geral do Município, interina, Dra. MARLENE NUNES LUTERMAN, doravante denominado MUNICÍPIO e a ESCOLA TIA TEREZINHA aqui denominada apenas ESCOLA, representada por sua diretora Sra. TEREZINHA ELIAS DOS SANTOS; brasileira, casada, CPF nº 320.648.021-34, à vista do contido no Processo nº 078.343-0/85, firmam o presente convênio de cooperação, visando a expansão do ensino de 1ª fase do 1º Grau, com observância das Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A ESCOLA cede ao MUNICÍPIO, sem quaisquer ônus ou retribuições que não estejam estabelecidas neste Convênio, o prédio e respectivas instalações com 5 salas, no período matutino, localizado na rua Fortaleza, Quadra 5, Lote 2 - Setor Urias Magalhães, nesta Capital, para funcionamento da Primeira Fase do Primeiro Grau, sob a direção e coordenação exclusiva da Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1986.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O MUNICÍPIO colocará à disposição da ESCOLA os professores e pessoal administrati-

vo necessário ao normal funcionamento do turno conveniado (matutino).

**CLÁUSULA QUARTA** - A ESCOLA, à vista do disposto no Decreto Municipal nº 1007, de 20 de dezembro de 1982, não poderá efetuar dos alunos matriculados no turno matutino, qualquer cobrança relativa a contribuição comunitária seja a título de Taxa de Matrícula ou Taxa Escolar.

**CLÁUSULA QUINTA** - As partes poderão denunciar, no todo ou em parte, o presente Convênio e requerer sua rescisão amigável, desde que não haja prejuízo para os alunos matriculados.

**CLÁUSULA SEXTA** - Durante o período da vigência deste Convênio, a ESCOLA não poderá, sem o consentimento expresso do MUNICÍPIO, ceder, a qualquer título, suas instalações ou dependências a outros ou instituições, no período matutino.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Fica eleito o foro desta Capital para dirimir qualquer dúvida relativa a este instrumento.

E, por estarem justas, perante as testemunhas abaixo, as partes, depois de lido e achado conforme o presente Convênio, aceitam, prometem respeitar e o assinam.

**GABINETE DA PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, em Goiânia, aos 30 dias do mês de abril de 1986.

**DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA**

Prefeito de Goiânia

**Prof. ONOFRE DE CASTRO**

Secretário Municipal da Educação

**MARLENE NUNES LUTERMAN**

Procuradora Geral - interina

**TEREZINHA ELIAS DOS SANTOS**

Diretora

Testemunhas:

1ª ILEGÍVEL

2ª ILEGÍVEL

#### CONVÊNIO Nº 11/86

Renovação de Convênio que celebram o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS — ASUFEGO

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, sediada à Praça Pedro Ludovico Teixeira, nº 105 - Centro, nesta Capital, C.G.C. nº 02.756.427/0001-40, com fulcro na Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1.977, artigo 92, inciso XX, representado pelo Chefe do Executivo, Dr. DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA e o Secretário da Educação Municipal, Prof. ONOFRE DE CASTRO, assistidos pela Procuradora Geral do Município, interina, Dra. MARLENE NUNES LUTERMAN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - ASUFEGO, sediada na 5ª Avenida c/ Rua 227, Setor Universitário, nesta Capital, representada por seu Presidente, Sr. PAULO AFONSO DE ARAÚJO CARVALHO, doravante denominada apenas ASUFEGO, à vista do contido no Processo nº 078.357.6/85, firmam o presente convênio de cooperação, visando a expansão do ensino de 1o. grau - 1a. fase, com observância das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A ASUFEGO cede ao MUNICÍPIO, sem quaisquer ônus ou retribuições que não estejam estabelecidas neste Convênio, o prédio e respectivas instalações destinado ao funcionamento do NÚCLEO EDUCACIONAL DA ASUFEGO, em sua sede social, Campus II, da UFGO, com capacidade para atender 500 alunos nos períodos matutino e vespertino.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1.986.

**CLÁUSULA TERCEIRA - O MUNICÍPIO** colocará à disposição da ASUFEGO o pessoal docente e administrativo necessário ao funcionamento da escola, de acordo com a modulação das escolas da Rede Municipal.

**Parágrafo Único - O pessoal** acima mencionado será indicado dentro do quadro da Secretaria Municipal da Educação, sendo que a diretora é a Profª Vanda Domingos Vieira.

**CLÁUSULA QUARTA - A ASUFEGO** compromete-se a fornecer todo o mobiliário e instalações necessárias ao seu perfeito funcionamento, assim como correrão por sua conta as despesas com reforma do prédio, taxa de água, energia elétrica e demais encargos fiscais, sem que caiba ao MUNICÍPIO qualquer obrigação pelo ressarcimento.

**CLÁUSULA QUINTA - A ASUFEGO**, à vista do disposto no Decreto Municipal nº 1007, de 20 de dezembro de 1.982, não poderá efetuar, dos alunos matriculados no estabelecimento, qualquer cobrança relativa a contribuição comunitária, seja a título de Taxa de Matrícula ou Taxa Escolar.

**CLÁUSULA SEXTA - As partes** convencionam, ainda, que o presente instrumento poderá ser denunciado, no todo ou em parte por qualquer um dos interessados e a qualquer tempo, respeitada, entretanto, a vigência do ano letivo e sem qualquer prejuízo para os alunos matriculados.

**CLÁUSULA SÉTIMA - Durante** o período de vigência deste convênio, a ASUFEGO não poderá, sem o consentimento expresso do MUNICÍPIO, ceder, a qualquer título, suas instalações ou dependências a outros cursos ou instituições.

**CLÁUSULA OITAVA - Com renúncia** expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o foro desta Capital, como o único competente para dirimir qualquer dúvida emergente deste instrumento.

E, porque assim convencionaram, lavrou-se o presente convênio que as partes aceitam, prometem respeitar e, depois de lido e achado conforme, assinam na presença das testemunhas abaixo em número legal.

**GABINETE DA PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, em Goiânia, aos 30 dias do mês de abril de 1.986.

**DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA**  
Prefeito

**ONOFRE DE CASTRO**  
Secretário da Educação

**MARLENE NUNES LUTERMAN**  
Procuradora Geral  
interina

**PAULO AFONSO DE ARAÚJO CARVALHO**  
Presidente da ASUFEGO

Testemunhas:

1ª

2ª

#### CONVÊNIO Nº 017/86

Convênio entre o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a CRECHE SÃO JUDAS TADEU

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Pedro Ludovico Teixeira, nº 105 - Centro, nesta Capital CGC nº 02.756.427/0001-40, com fulcro na Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, art. 92, inciso XX, representado pelo Chefe do Executivo, Dr. DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA, e o Secretário Municipal da Educação, Prof. ONOFRE DE CASTRO, assistidos pelo Procurador Geral do Município, Dr. DONALDO MESSIAS RODRIGUES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, por um lado e por outro, a CRECHE SÃO JUDAS TADEU, associação civil, filantrópica e sem fim lucrativo, instituída pela Paróquia São Judas Tadeu, da Arquidiocese de Goiânia, Estado de Goiás, sediada à Rua 242, nº 132 - Setor Coimbra, nesta Capital CGC nº 01711233/0001-65, doravante denominada apenas INSTI-

TUIÇÃO, representada por sua Diretora-Presidente, Srª VERA LÍGIA LOPES COLHADO, brasileira, casada, CI/RG - 563.360, CPF - 337.109.371/91, residente à Av. Mutirão, 590, Aptº 301, Setor Oeste, nesta Capital, à vista do contido no Processo nº 112.868-3/86, firmam o presente convênio de cooperação em caráter gratuito, com observância das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONVÊNIO - A INSTITUIÇÃO** fornece ao MUNICÍPIO, sem quaisquer ônus ou retribuição que não estejam estabelecidas neste convênio, todo mobiliário e instalações necessárias ao perfeito funcionamento da Creche, localizada à Rua 242, nº 132 - Setor Coimbra, nesta Capital.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ENCARGOS DO MUNICÍPIO - O MUNICÍPIO** colocará à disposição da INSTITUIÇÃO um (01) professor, escolhido dentro do quadro da Secretaria Municipal da Educação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - ENCARGOS DA INSTITUIÇÃO - A INSTITUIÇÃO** compromete-se a prestar atendimento à 50 (cinquenta) crianças carentes, na faixa etária de 02 a 06 anos, correndo por conta da mesma as despesas com reforma do prédio, taxa de água e energia elétrica, material de limpeza e demais encargos fiscais, sem que caiba ao MUNICÍPIO qualquer obrigação ou ressarcimento.

**CLÁUSULA QUARTA - PRAZO - Este convênio** vigorará por 12 (doze) meses, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1986, podendo ser renovado, se houver interesse das partes convenientes.

**CLÁUSULA QUINTA - EXCLUSIVIDADE DE CESSÃO - Durante** o período de vigência deste convênio, a INSTITUIÇÃO, não poderá sem o consentimento expresso do MUNICÍPIO, ceder, a qualquer título, as instalações ou dependências de funcionamento da Creche, a outros cursos ou instituições.

**CLÁUSULA SEXTA - ANTECIPAÇÃO DO PRAZO - Este convênio** poderá ser denunciado, no todo ou em parte, e ter antecipado o prazo de sua vigência, desde que não haja prejuízos para os alunos matriculados.

**CLÁUSULA SÉTIMA - FORO - Para dirimir** qualquer dúvida relativa a este instrumento, as partes elegem o foro desta Capital - Goiânia.

E, por estarem as partes justas e conveniadas, firmam o presente instrumento na presença das testemunhas, também abaixo assinadas.

**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**, em Goiânia, aos 27 dias do mês de agosto de 1.986.

**DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA**  
Prefeito de Goiânia

**ONOFRE DE CASTRO**  
Secretário Municipal da Educação  
**DONALDO MESSIAS RODRIGUES**  
Procurador Geral

**VERA LÍGIA LOPES COLHADO**  
Diretora - Presidente

Testemunhas:  
(ILEGÍVEL)

#### CONVÊNIO Nº 039/86

Convênio entre o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a FAMA - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A MENORES APRENDIZES.

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público, sediado à Praça Pedro Ludovico Teixeira nº 105 - Centro nesta Capital, CGC nº 02.756.427/0001-40, com fulcro na Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, art. 92, inciso XX, representado pelo Chefe do Executivo, Dr. DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA, e o Secretário da Educação Municipal, Dr. ONOFRE DE CASTRO, assistidos pelo Procurador Geral do Município, Dr. DONALDO MESSIAS RODRIGUES, doravante denominado apenas MUNICÍPIO e a FAMA - Fundação de As-

sistência a Menores Aprendizizes, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1005, de 13/12/57 e Lei Estadual nº 6599, de 13/06/67, sediada à Rua 1 s/nº Bairro Fama, nesta Capital, representada por seu Presidente, Sr. GETÚLIO VARANDA, doravante denominada apenas FAMA, à vista do contido no processo nº 087.238-1/86, firmam o presente convênio de cooperação, visando a expansão do ensino de 1º Grau, com observância das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A FAMA cede ao MUNICÍPIO, sem quaisquer ônus ou retribuições que não estejam estabelecidos neste convênio, a sede da entidade localizada na Rua 1 s/nº Bairro Fama, nesta Capital, para funcionamento da Escola Municipal de 1º Grau "DARIO CARDOSO", sob a direção e coordenação exclusiva da Secretaria Municipal da Educação.

"DARIO CARDOSO, sob a direção e coordenação exclusiva da Secretaria Municipal da Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O presente convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1986, podendo ser renovado, se houver interesse das partes convenientes.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O MUNICÍPIO colocará à disposição da FAMA o pessoal docente e administrativo necessário ao normal funcionamento da escola.

**Parágrafo Único** — O Pessoal acima mencionado será indicado dentro do quadro da Secretaria Municipal da Educação.

**CLÁUSULA QUARTA** — A FAMA compromete-se a ceder o prédio e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento da escola, ficando a cargo do MUNICÍPIO as despesas com água e energia elétrica.

**CLÁUSULA QUINTA** — Durante o período de vigência deste convênio, a FAMA não poderá, sem o consentimento expresso do MUNICÍPIO, ceder, a qualquer título, suas instalações ou dependências a outros cursos ou instituições.

**CLÁUSULA SEXTA** — Este convênio poderá ser denunciado no todo ou parcialmente, respeitado, entretanto, a vigência do ano letivo e sem ocorrência de prejuízo para os alunos matriculados.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — O foro para dirimir as questões emergentes deste instrumento será sempre o de Goiânia, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem as partes justas e conveniadas, firmam o presente instrumento na presença das testemunhas que também o assinam.

**GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**, em Goiânia, aos 19 dias do mês de dezembro de 1986.

**DANIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA**  
Prefeito de Goiânia

**ONOFRE DE CASTRO**  
Secretário da Educação Municipal

**DONALDO MESSIAS RODRIGUES**  
Procurador Geral

**GETÚLIO VARANDA**  
Presidente - FAMA

Testemunhas:  
1º ILEGÍVEL  
2º ILEGÍVEL

## ACORDÃOS

**PREFEITURA DE GOIÂNIA**  
**JUNTA DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRAÇA DO TRABALHADOR**

Processo nº 113.846-5/86

Recurso nº 037/86 - voluntário

Recorrente: AUTO FUNILARIA SANTA BÁRBARA LTDA

Recorrida: Fazenda Pública municipal

Relatora: Sra. Vera Lúcia de Oliveira Alves.

**ACÓRDÃO Nº 001/87-JRF**

**EMENTA:** "ISSQN — Serviços de mecânica e lanternagem. São dedutíveis de um lançamento fiscal, as parcelas comprovadamente pagas. Recurso conhecido e provido."

Vistos, discutidos, relatados e votados os presentes autos, em que a empresa AUTO FUNILARIA SANTA BÁRBARA LTDA., recorre contra a Decisão de 1ª Instância que a condenou ao pagamento da importância de Cz\$ 1.535,02 (hum mil, quinhentos e trinta e cinco cruzados e dois centavos), acrescida das penalidades legais, por falta de recolhimento do ISSQN e Taxa de Licença para Funcionamento.

**ACORDAM** os membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, dar-lhe provimento, para reformar parcialmente a decisão de 1ª Instância, excluindo os valores comprovadamente pagos, prevalecendo os constantes no Mapa de Apuração Fiscal de fls. 31, com a inclusão da Taxa de Licença referente ao exercício de 1985, e penalidades previstas.

**SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS** - em 30 de janeiro de 1987.

**Dr. Alberto Rodrigues Alves**  
**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
**RELATORA**  
Hélio de Goiás Melo  
**MEMBRO**  
Napoleão Pereira Costa  
**MEMBRO**  
José Evaristo dos Santos  
**MEMBRO**

Processo nº 068.684-1/85 - Recurso voluntário nº 030/86

Recorrente: ACADEMIA SAÚDE DE GINÁSTICA LTDA

Recorrida: Fazenda Pública Municipal

Relator: Dr. Alberto Rodrigues Alves

Elaborador do Acórdão : Sr. José Rocha Silva

**ACÓRDÃO Nº 002/87 - JRF**

**EMENTA:** 1. Não se julga nulo auto de infração, no qual o autuado na fase recursal, não apresenta provas documentais, capaz de ilidir a ação fiscal.

2. Recurso voluntário conhecido e improvido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos, em que ACADEMIA SAÚDE DE GINÁSTICA LTDA., estabelecida nesta Capital, à Rua 84, nº 396, Setor Sul, com o ramo de "Ginástica, musculação, natação e etc", inscrita no Cadastro de Atividades Econômicas do Município sob o nº 041.152.3, recorre voluntariamente contra a Decisão n. 029-PC/86-GSF, de fls. 24, proferida pelo Senhor Secretário de Finanças (1ª Instância Administrativa) que a condenou ao pagamento da importância de Cz\$ 8.597,00 (Oito mil, quinhentos e noventa e sete cruzados), com os acréscimos de multa e juros moratórios, contados até a data da extinção do crédito tributário.

**ACORDAM** os membros da Egrégia Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à maioria de votos dos membros presentes (3x2), em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de 1ª Instância Administrativa, em todos os seus termos, por faltar o recurso de provas documentais e materiais, capaz de ilidir a presunção fiscal, que desclassificou a escrita contábil da recorrente, por considerá-la irreal, não refletindo a realidade econômica da empresa. Foram vencidos os membros, Alberto Rodrigues Alves, relator e Napoleão Pereira Costa que votaram pela cassação da decisão singular.



**SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS** - aos 13 dias do mês de fevereiro de 1.987.

Alvaro Pereira da Silva  
PRESIDENTE  
Alberto Rodrigues Alves  
RELATOR  
José Rocha Silva  
ELABORADOR DO ACÓRDÃO  
Napoleão Pereira Costa  
MEMBRO  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
MEMBRO  
Hélio de Goiás Melo  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR MUNICIPAL

Processo nº: 117.208-2/86

Assunto: Auto de Infração - ISSQN

Recurso nº : 043/86 - voluntário

Recorrente: Auto Elétrica José Walnice Ltda

Recorrida: Fazenda Pública Municipal

Relator: Napoleão Pereira Costa.

**ACÓRDÃO Nº 003/87-JRF**

**EMENTA:** ISSQN. Serviços de oficina mecânica. Item 41 da Lista do Art. 52 do CTM. Os benefícios inerentes às Microempresas só são facultados às pessoas jurídicas que satisfizerem determinados requisitos perante a Fazenda Pública do município de Goiânia, nos Termos da Lei nº 6.268/85. Lançamento correto. Recurso conhecido e improvido.

Vistos - relatados, discutidos e votados, os presentes autos, em que o contribuinte acima qualificado recusa voluntariamente contra a Decisão de 1º Grau nº 062-DC/86-GSF, de fls 44 dizendo-se enquadrado e o apto aos benefícios isentivos que pertinem às Microempresas e pedindo a derrocada do Auto de Infração de fls. 01, ACORDAM os Conselheiros da JRF, à unanimidade, em manter a sentença singular espancada, sobrevivendo na íntegra o lançamento questionado, uma vez que, não obstante a pungência de suas alegações, até o presente momento a firma em tela não se gabaritou convenientemente ao merecimento dos favores legais do Município oferecidos às micro-células prestacionais.

**SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS** em 20 de fevereiro de 1987.

Alvaro Pereira da Silva  
PRESIDENTE  
Napoleão Pereira Costa  
RELATOR  
Hélio de Goiás Melo  
MEMBRO  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
MEMBRO  
Alberto Rodrigues Alves  
VICE-PRESIDENTE  
José Rocha Silva  
MEMBRO  
José Evaristo dos Santos  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR MUNICIPAL

Processo nº 116.916-7/86

Recurso nº 046/86 - voluntário

Recorrente: BILHAR NOVA AMÉRICA LTDA

Recorrida: Fazenda Pública Municipal

Relatora: Sra. Vera Lúcia de Oliveira Alves

**ACÓRDÃO Nº 004/87-JRF**

**EMENTA:** Deve prevalecer um auto de infração, regularmente formalizado, no qual o autuado não apresenta, na fase recursal, provas materiais suficientes para ilidir a ação fiscal. Recurso conhecido e improvido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos em que a empresa BILHAR NOVA AMÉRICA LTDA., com o ramo de locação de mesas de bilhar, recorre voluntariamente a este Colegiado, contra a Decisão de 1ª Instância Administrativa Fiscal que a condenou ao pagamento da importância de Cz\$ 3.117,70 (três mil, cento e dezessete cruzados e setenta centavos), acrescida das penalidades legais, contadas até a data da extinção do crédito tributário.

ACORDAM os membros da Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, negar-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão da instância singular.

**SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS** - aos 06 dias do mês de março de 1.987

Alvaro Pereira da Silva  
PRESIDENTE  
Alberto Rodrigues Alves  
VICE-PRESIDENTE  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
RELATORA  
José Evaristo dos Santos  
MEMBRO  
Hélio de Goiás Melo  
MEMBRO  
Napoleão Pereira Costa  
MEMBRO  
José Rocha Silva  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR DA FAZENDA

Processo nº: 131.169-6/86

Recorrente: JOÃO DE ABREU CURADO.

Recorrida: Fazenda Pública Municipal.

Relator: José Evaristo dos Santos.

**ACÓRDÃO Nº 005/87-JRF**

**EMENTA:** Considerado extinto o crédito tributário, quando o contribuinte efetua o pagamento e comprova nos autos.

Visto, discutidos os autos do presente processo, acima qualificado, ACORDAM, os membros da Egrégia Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso dar-lhe provimento, reformar a decisão de primeira Instância Administrativa, e ainda, considerar extinto o crédito tributário em vista das provas nos autos do seu efetivo pagamento.

Assim, entendeu a Junta de Recursos, que o processo deva ser arquivado.

**SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS** - em 06 de março de 1987

Alvaro Pereira da Silva  
PRESIDENTE  
Alberto Rodrigues Alves  
VICE-PRESIDENTE  
Hélio de Goiás Melo  
MEMBRO



José Evaristo dos Santos  
RELATOR  
Napoleão Pereira Costa  
MEMBRO  
José Rocha Silva  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR

Proc. nº 094.985-0/86

Recte. Eletrônica Ponto Final Ltda.

Recda. Fazenda Pública Municipal

EMENTA- Quando o Fiscal desclassificar a escrita da Empresa, deve dar os motivos no auto de infração, a fim de lhe assegurar ampla defesa.

#### ACÓRDÃO Nº 006/87-JRF

Visto, relatado e discutido, etc., o processo nº 094.985-0/86, em que é recorrente Eletrônica Ponto Final Ltda, e recorrida Fazenda Pública Municipal, a Eg. Junta de Recursos Fiscais, por maioria de votos, acorda em cassar diante de vícios formais do processo, a sentença de 1º grau que condenou a Recte. a recolher aos cofres da Recda. a importância de Cz\$ 8.355,32, acrescida de multa e juros de mora por haver recolhido a menor o ISSQN relativo aos exercícios de 83 a 86, o que deu motivo a fiscalização para optar pelo arbitramento da Receita da Empresa, sob fundamento de que sua contabilidade não assinalava os preços reais dos serviços. Assim procedendo, sem desclassificar a escrita e considerar os vícios insanáveis, na peça vestibular cerceou a liberdade da Contribuinte de se defender amplamente. Votaram vencidos o Relator, Sr. Hélios de Goiás Melo e Sra. Vera Lúcia de Oliveira Alves, por entenderem que a Recte. (não ) apresentou provas capazes de lidar a presunção fiscal.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1.987

Álvaro Pereira da Silva  
Presidente  
Alberto Rodrigues Alves  
Rel. designado  
Hélios de Goiás Melo  
Membro  
José Rocha Silva  
Membro  
Napoleão Pereira dos Santos  
Membro  
José Evaristo dos Santos  
Membro  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
Membro

Processo nº 117.102-1/86 - Recurso voluntário nº 040/86.  
Recorrente: CENTRO DE CONVERSAÇÃO DE INGLÊS LTDA  
Recorrida: Fazenda Pública Municipal  
Assunto: Auto de Infração  
Relator: Sr. José Rocha Silva

#### ACÓRDÃO Nº 007/87-JRF

EMENTA: 1 - Há de se manter o Auto de Infração, cujo procedimento obedeceu as formalidades legais.

2 - Recurso voluntário conhecido e improvido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos em que é recorrente, CENTRO DE CONVERSAÇÃO DE INGLÊS LTDA., inscrita no Cadastro de Atividades Econômicas do Município sob o nº 039.844.6, com o ramo de atividade de escola de inglês, condenada em 1ª Instância

Administrativa, a recolher a importância de Cz\$ 8.658,00, acrescida das penalidades legais, aos cofres Públicos Municipais, referente a diferença de ISS, em 1984 e 1985, e falta de recolhimento de ISS, no período de 01 a 06/86, mais multa formal por falta de emissão de documentos fiscais.

ACORDAM os membros da Egrégia Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração da forma como foi lavrado.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 13 de março de 1987.

Álvaro Pereira da Silva  
PRESIDENTE  
José Rocha Silva  
RELATOR  
Alberto Rodrigues Alves  
VICE-PRESIDENTE  
Hélios de Goiás Melo  
MEMBRO  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
MEMBRO  
José Evaristo dos Santos  
MEMBRO  
Napoleão Pereira Costa  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR MUNICIPAL

Processo nº 085.097-3/86

Recte. Gaby Almeida Godinho

Recda. Fazenda Pública Municipal

EMENTA - Excluem-se da decisão condenatória os valores comprovadamente pagos pelo Contribuinte

#### ACÓRDÃO Nº 008/87-JRF

Visto relatado e discutido, etc., o processo nº 085.097-3/86, em que é Recte. Gaby Almeida Godinho - "Estacionamento Taguatinga" e Recda. Fazenda Pública Municipal, a Eg. Junta de Recursos Fiscais, por votação unânime, acorda em reformar, parcialmente, a sentença de 1º grau, que condenou a Recte. a recolher aos cofres da Recda. a importância de Cz\$ 1.575,50, com os acréscimos de multa e juros moratórios, por não ter recolhido o ISS referente ao exercício de 84 e o haver recolhido a menor em 85, a fim de excluir da condenação os valores comprovadamente pagos pelo Contribuinte, em virtude dos quais o crédito tributário ficou reduzido a importância de Cz\$ 691,83, consoante se vê do novo Mapa de Apuração Fiscal constante dos autos.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.987

Álvaro Pereira da Silva  
Presidente  
Alberto Rodrigues Alves  
Relator  
Hélios de Goiás Melo  
Membro  
José Rocha Silva  
Membro  
Napoleão Pereira Costa  
Membro  
José Evaristo dos Santos  
Membro  
Vera Lúcia de Oliveira Alves  
Membro  
Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR MUNICIPAL

Processo n. 094.850-3/86 - Recurso n. 003/86 - Ex-ofício  
 Recorrente: Fazenda Pública Municipal  
 Recorrida: LILIAN MEIRE SILVA CARNEIRO DE MENDONÇA  
 Assunto: Auto de Infração nº MS-MAP-01-05-86

## ACÓRDÃO Nº 009/87-JRF

EMENTA: "1 - A fraude não pode ser sustentada por presunção; ao contrário, deve ser sobejamente comprovada.

2 - Inexistência de provas nos autos, que possam caracterizar a prática de fraude por parte da autuada".

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos de recurso em que a Fazenda Pública Municipal, através da DECISÃO Nº 058-DC/86-GSF, de fls. 40, do Senhor Secretário de Finanças, que condenou a contribuinte LILIAN MEIRE SILVA CARNEIRO DE MENDONÇA ao pagamento da importância de Cz\$ 9.851,88 relativa ao ISSQN do mês de 01/86 e por recolhimento à menor do citado tributo, de 08 a 12/85 e 02 a 04/86, com acréscimo de penalidades, não com a multa agravada de que trata o artigo 88 I "e" da Lei nº 5.040/75, mas, com a multa simples prevista na letra "b" I, do mesmo artigo, e pagamento de multa formal, recorre dessa decisão, nos termos do artigo 239 do CTM, a este Colegiado,

ACORDAM os membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, por maioria de votos, em conhecer do recurso, dar-lhe provimento, para confirmar a Decisão recorrida, e pelo arquivamento dos autos, face a comprovação de pagamento do crédito exigido, com os documentos de fls. 44 e 45, vencido o membro Sr. José Rocha Silva, que votou pela manutenção da multa proposta no auto de infração, por considerar que as provas existentes nos autos são suficientes para a qualificação do delito fiscal.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - aos 20 dias do mês de março de 1.987

Álvaro Pereira da Silva  
 PRESIDENTE  
 alberto Rodrigues Alves  
 VICE-PRESIDENTE  
 Hélios de Goiás Melo  
 RELATOR  
 Napoleão Pereira Costa  
 MEMBRO  
 José Evaristo dos Santos  
 MEMBRO  
 José Rocha Silva  
 MEMBRO  
 Vera Lúcia de Oliveira Alves  
 MEMBRO  
 Dr. Orlando Lino de Moraes  
 PROCURADOR DA FAZENDA

Processo nº: 116.743-1/86  
 Assunto: Auto de Infração nº 04/86-IC - Recurso nº 045/86 - Voluntário  
 Recorrente: BAR E BILHAR TACOLÂNDIA LTDA.  
 Recorrida: A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.  
 Relator: José Evaristo dos Santos.

## ACÓRDÃO Nº 010/87-JRF

EMENTA: ISS de Jogos de Bilhar. São legalmente excludíveis do total do débito, as parcelas cujo pagamento os autos comprovam. Provada a inscrição no CAE, com anterioridade à autuação, não há que se falar em apenação formal, .

Recurso conhecido e parcialmente provido"

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos de recurso voluntário em que a firma acima nominada, estabelecida

nesta Capital, na Rua 504, nº 48 - Setor Centro-Oeste, recurso contra a Decisão nº 057-DC/86-GSF, de fls. 36, proferida pela 1ª Instância Administrativa, que a condenou ao pagamento de ISS de jogos de bilhar do período de 01/85 até 06/86, no total inicial de Cz\$ 1.584,47, a ser acrescido das penalidades legais, após dedução de algumas parcelas comprovadamente pagas.

ACORDAM os Srs. Membros da Junta, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e provê-lo parcialmente, para excluir do total da dívida aquelas parcelas pagas, conforme comprovantes de fls. 40 a 58 dos autos, havendo débito, remanescente do imposto, e não sendo devida a Multa Formal, pelos motivos acima ementados. Em consequência desta decisão, fica parcialmente reformada a da Instância Singular.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 27 de março de 1.987.

Álvaro Pereira da Silva  
 PRESIDENTE  
 Alberto Rodrigues Alves  
 VICE-PRESIDENTE  
 José Evaristo dos Santos  
 RELATOR  
 Hélios de Goiás Melo  
 MEMBRO  
 Napoleão Pereira Costa  
 MEMBRO  
 José Rocha Silva  
 MEMBRO  
 Vera Lúcia de Oliveira Alves  
 MEMBRO  
 Dr. Orlando Lino de Moraes  
 PROCURADOR

Processo nº 076.144-3/85 - Recurso nº 017/86 - Voluntário.  
 Recorrente: LEMMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA.

Relatora: Vera Lúcia de Oliveira Alves.

## ACÓRDÃO Nº 011/87 - JRF

EMENTA: Exclue-se da decisão condenatória, o crédito tributário, quando o contribuinte prova nos autos que não auferiu a receita tributável correspondente. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos em que a empresa LEMMA - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA., recorre contra o ato do Sr. Secretário de Finanças que a condenou a recolher aos cofres públicos municipais, a importância de Cz\$ 5.873,04 acrescida das penalidades legais contados até a data da definitividade.

ACORDAM os Membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento, para reformar a decisão de primeira instância, excluindo da mesma o crédito tributário cuja receita tributável correspondente o contribuinte provou não tê-la auferido, prevalecendo os valores constantes do novo Mapa de Apuração Fiscal, às fls. 35 dos autos.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 03 de abril de 1.987.

Álvaro Pereira da Silva  
 PRESIDENTE  
 Alberto Rodrigues Alves  
 Vice-Presidente  
 Vera Lúcia de Oliveira Alves  
 RELATORA  
 Napoleão Pereira Costa  
 MEMBRO  
 José Rocha Silva  
 MEMBRO

José Evaristo dos Santos  
MEMBRO  
Hélio de Goiás Melo  
MEMBRO  
Dr. Orlando Lino de Moraes  
PROCURADOR MUNICIPAL

processo nº: 084.975-8/86 - Recurso nº 029/86 - Voluntário.  
Recorrente: EUDES LOPES DE SOUZA  
Recorrida: Fazenda Pública Municipal  
Relatora: Vera Lúcia de Oliveira Alves

ACÓRDÃO No. 012/87-JRF

EMENTA: São dedutíveis de um lançamento fiscal as parcelas comprovadamente pagas. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos em que EUDES LOPES DE SOUZA, recorre contra a Decisão 030-DC/86-GSF, fls. 18, proferida pelo Sr. Secretário de Finanças, que a condenou ao pagamento da importância de Cz\$ 5.129,23 (cinco mil, cento e vinte e nove cruzados e vinte e três centavos) acrescida das penalidades legais contadas até a data da extinção do crédito tributário.

ACORDAM os membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento para reformar a decisão de primeira instância administrativa, excluindo os valores comprovadamente pagos, prevalecendo os constantes no Mapa de Apuração Fiscal de fls. 30 com a dedução da parcela referente ao mês de dezembro de 1985 e inclusão da Taxa de Licença de 1984.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 10 de abril de 1.987.

Álvaro Pereira da Silva PRESIDENTE	Alberto Rodrigues Alves VICE-PRESIDENTE
Vera Lúcia de Oliveira Alves RELATORA	José Evaristo dos Santos MEMBRO
Hélio de Goiás Melo MEMBRO	Napoleão Pereira Costa MEMBRO

Processo nº: 131.420-3/86 - Recurso nº 004/87 - Voluntário.  
Recorrente: MOTEL PALOMA LTDA.  
Recorrida: Fazenda Pública Municipal  
Assunto: Auto de Infração nº WO-03-02-10-86

ACÓRDÃO Nº 013/87-JRF

EMENTA: 1 - Prevalência do do Auto de Infração regulamente formalizado.  
2 - Ineficácia das provas apresentadas, para ilidir o lançamento fiscal.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos de recurso em que a firma MOTEL PALOMA LTDA, sediada nesta Capital, inscrita junto ao Cadastro de Atividades Econômicas do Município, sob nº 002.236,5 inconformada com a Decisão nº 072-DC/86-GSF, de 1ª Instância, que a condenou a recolher aos cofres da Fazenda Pública Municipal a importância de Cz\$ 25.708,34 (Vinte e cinco mil, setecentos e oito cruzados e trinta e quatro centavos), com os acréscimos de multa e juros moratórios, relativa ao ISSQN recolhido à menor nos meses de janeiro a Setembro de 1986, recorre à este Colegiado.

ACORDAM os membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a Decisão recorrida.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS em 24 de abril de 1.987.

Álvaro Pereira da Silva PRESIDENTE	Alberto Rodrigues Alves VICE-PRESIDENTE
---------------------------------------	--

Hélio de Goiás Melo RELATOR	José Evaristo dos Santos MEMBRO
Vera Lúcia de Oliveira Alves MEMBRO	Napoleão Pereira Costa MEMBRO
Dr. Orlando Lino de Moraes PROCURADOR MUNICIPAL	

PROCESSO Nº: 119.804-2/86  
RECURSO Nº: 002/87 - VOLUNTÁRIO.  
RECORRENTE: STAR - REPRESENTAÇÕES LTDA.  
RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
ASSUNTO: AUTO DE INFRAÇÃO  
RELATOR: JOSÉ ROCHA SILVA

ACÓRDÃO Nº 014/87-JRF

EMENTA: 1 - Aplica-se à atividade de representação a regra geral, ou seja, o local da prestação do serviço é o do estabelecimento prestador.

2 - Deve o contribuinte manter no estabelecimento prestador, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços nele prestados.

3 - Recurso voluntário conhecido e improvido

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos, em que é recorrente a firma STAR REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CAE deste Município sob o nº 041.471.9, com a atividade de representação, condenada em 1ª instância administrativa à recolher aos Cofres Públicos Municipais a importância de Cz\$ 31.961,14 (trinta e um mil, novecentos e sessenta e um cruzados e quatorze centavos) com os acréscimos de multas e juros moratórios, contados até a data da extinção do crédito tributário, referente ao ISS do período de 01/10/83 à 31/08/86 mais multa formal, por falta de escrituração fiscal.

ACORDAM os membros da Egrégia Junta de Recursos Fiscais à unanimidade de votos de seus membros presentes em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de 1º grau, visto que nos autos ficou devidamente comprovado a natureza e a existência da prestação dos serviços, objeto do procedimento fiscal.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS aos 04 (quatro) dias do mês de maio de 1987.

ALBERTO RODRIGUES ALVES Presidente em exercício	JOSÉ ROCHA SILVA Relator
HELIO DE GOIÁS MELO Membro	VERA LÚCIA DE O. ALVES Membro
NAPOLEÃO FERREIRA COSTA Membro	

Proc. nº 068.356-0/85

Recte. Banco do Estado de São Paulo S/A  
Recda. Fazenda Pública Municipal

EMENTA - Os Bancos devem pagar ISSQN pela prestação de Serviços não considerados essenciais às suas atividades.

ACÓRDÃO - Visto, relatado, discutido, etc., o processo nº 015/87-JRF. nº 068.356-0/85, em que é Recte. o Banco do Estado de São Paulo, S/A e Recda. a Fazenda Pública Municipal, a Eg. Junta de Recursos Fiscais, por maioria de votos, acorda em reformar a sentença de 1º grau, que condenou o Recte. a recolher aos cofres da Recda. a importância de Cz\$ 19.619,52, acrescida de multa e juros de mora, por haver pago a menor o ISS devido com base nos itens 14 e 52 do art. 52 do CTM, de jan. de 84 a set. de 85, para excluir da condenação os créditos apurados em decorrência das receitas obtidas pelos serviços de cadastro e fornecimento de talonário de cheques, na conformidade da Jurisp. deste Colegiado, mantendo a decisão recorrida quanto ao aluguel de cofres para

guarda de valores e "outros serviços", notadamente de cobranças, que não são essenciais às atividades bancárias. Votaram contra a reforma da sentença, confirmando-a integralmente, os Membros José Rocha Silva e Vera Lúcia de Oliveira Alves.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.987.

Álvaro Pereira da Silva	Alberto Rodrigues Alvé
Presidente	Relator
Hélio de Goiás Melo	José Rocha Silva
Membro	Membro
Napoleão Pereira Costa	José Evaristo dos Santos
Membro	Membro
Vera Lúcia de Oliveira Alves	
Membro	

Processo nº 099.701-7/86 - Recurso voluntário 033/86  
 Recorrente: DIVINO CÉLIO DA SILVA  
 Recorrida: Fazenda Pública Municipal  
 Relator: Sr. Napoleão Pereira Costa.

#### ACÓRDÃO N. 016/87-JRF

EMENTA: 1 - Prevalência do Auto de Infração regularmente formalizado.

2 - Inexistência de provas nos autos, capazes de ilidir o lançamento fiscal.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos em que a empresa DIVINO CÉLIO DA SILVA, com o ramo de oficina mecânica, recorre voluntariamente a este Colegiado, contra a Decisão de 1ª Instância Administrativa fiscal que a condenou ao pagamento da importância de Cz\$ 6.322,30 (Seis mil, trezentos e vinte e dois cruzados e trinta centavos), acrescida das penalidades legais, contadas até a data da extinção do crédito tributário.

ACORDAM os Membros da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de 1º grau.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 08 de maio de 1.987.

Dr. Alberto Rodrigues Alves	Napoleão Pereira Costa
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO	RELATOR
Hélio de Goiás Melo	Vera Lúcia de Oliveira Alves
MEMBRO	MEMBRO
José Evaristo dos Santos	José Rocha Silva
MEMBRO	MEMBRO
Dr. Orlando Lino de Moraes	
PROCURADOR DA FAZENDA	

Processo nº: 137.775-1/86 - Recurso nº 007/87 - Voluntário.  
 Recorrente: DARIO BUENO TELES  
 Recorrido: Fazenda Pública Municipal.  
 Assunto: Auto de Infração nº NPC-03-11-86  
 Relator: Sr. Hélio de Goiás Melo.

#### ACÓRDÃO N.º 017/87-JRF

EMENTA: "1 - Serviços Topográficos. Incidência do ISSQN.

2 - Prevalência do Auto de Infração regularmente formalizado, face a ausência de provas nos autos, capazes de ilidir seu lançamento"

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos de recurso, em que a firma DARIO BUENO TELES, sediada nesta Capital à Avenida Ceará nº 38, Campinas, inscrição Municipal, nº 027.843.2, condenada que foi em 1ª Instância a recolher aos cofres públicos municipais, a importância de Cz\$ 3.926,25 relativas a ISSQN, do exercício de 1986 e de Janeiro a Setembro de 1986, bem como o valor de Cz\$ 69,31 relativos a Taxas de Licenças p/Funcionamento de 1985 e 1986,

butos estes sujeitos às penalidades legais, inconformada, recorre à este Colegiado.

ACORDAM os membros da J.R.F. da Prefeitura de Goiânia, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, negar-lhe parcial provimento, para reformar a Decisão Recorrida, dela excluindo as importâncias relativas às Taxas de Licença, face as provas de pagamento anexa, mantendo assim a condenação referente ao ISSQN, dado a falta de provas nos autos, capazes de ilidir o seu lançamento.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 15 de maio de 1987.

Álvaro Pereira da Silva	Alberto Rodrigues Alves
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
Hélio de Goiás Melo	Napoleão Pereira Costa
RELATOR	MEMBRO
José Rocha Silva	José Evaristo dos Santos
MEMBRO	MEMBRO
Vera Lúcia de Oliveira Alves	Dr. Orlando Lino de Moraes
MEMBRO	PROCURADOR MUNICIPAL

Processo nº: 030.920-9/86 - Recurso voluntário nº 038/86  
 Recorrente: CPM- EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Recorrida: Fazenda Pública Municipal  
 Relatora: Sra. Vera Lúcia de Oliveira Alves.

#### ACÓRDÃO N.º 018/87-JRF

EMENTA: Auto de Infração. Revisão. Sendo o Auto de Infração uma modalidade de lançamento de ofício em constituição, enquanto não definitivamente julgado, sua revisão impõe-se não só como um direito mas como um dever. Correta aplicação do art. 149, CTN., incisos, na fase contenciosa. Regra jurídica não atentada. Recurso voluntário conhecido e improvido.

Vistos, relatados, discutidos e votados os autos de recurso voluntário em que a empresa CPM - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., recorre contra decisão de 1ª Instância que a condenou ao recolhimento do ISS e Taxas, nos termos do Auto de Infração EM/03/05/85 de 20/05/85, revisado em parte na 1ª Instância, prevalecendo o valor de Cz\$ 116.302,72 (Cento e dezesseis mil, trezentos e dois cruzados e setenta e dois centavos) acrescida das penalidades legais contados até a data da extinção do crédito tributário.

ACORDAM os membros desta Junta de Recursos Fiscais à unanimidade de votos em conhecer do recurso, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de 1ª Instância, visto que esta já excluiu da base de cálculo os valores lançados em duplicidade.

SALA DAS SESSÕES DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS - em 22 de maio de 1987.

Álvaro Pereira da Silva
PRESIDENTE
Vera Lúcia de Oliveira Alves
RELATORA
José Rocha Silva
MEMBRO
José Evaristo dos Santos
MEMBRO
Hélio de Goiás Melo
MEMBRO
Napoleão Pereira Costa
MEMBRO
Dr. Orlando Lino de Moraes
PROCURADOR DA FAZENDA
Alberto Rodrigues Alves
VICE-PRESIDENTE